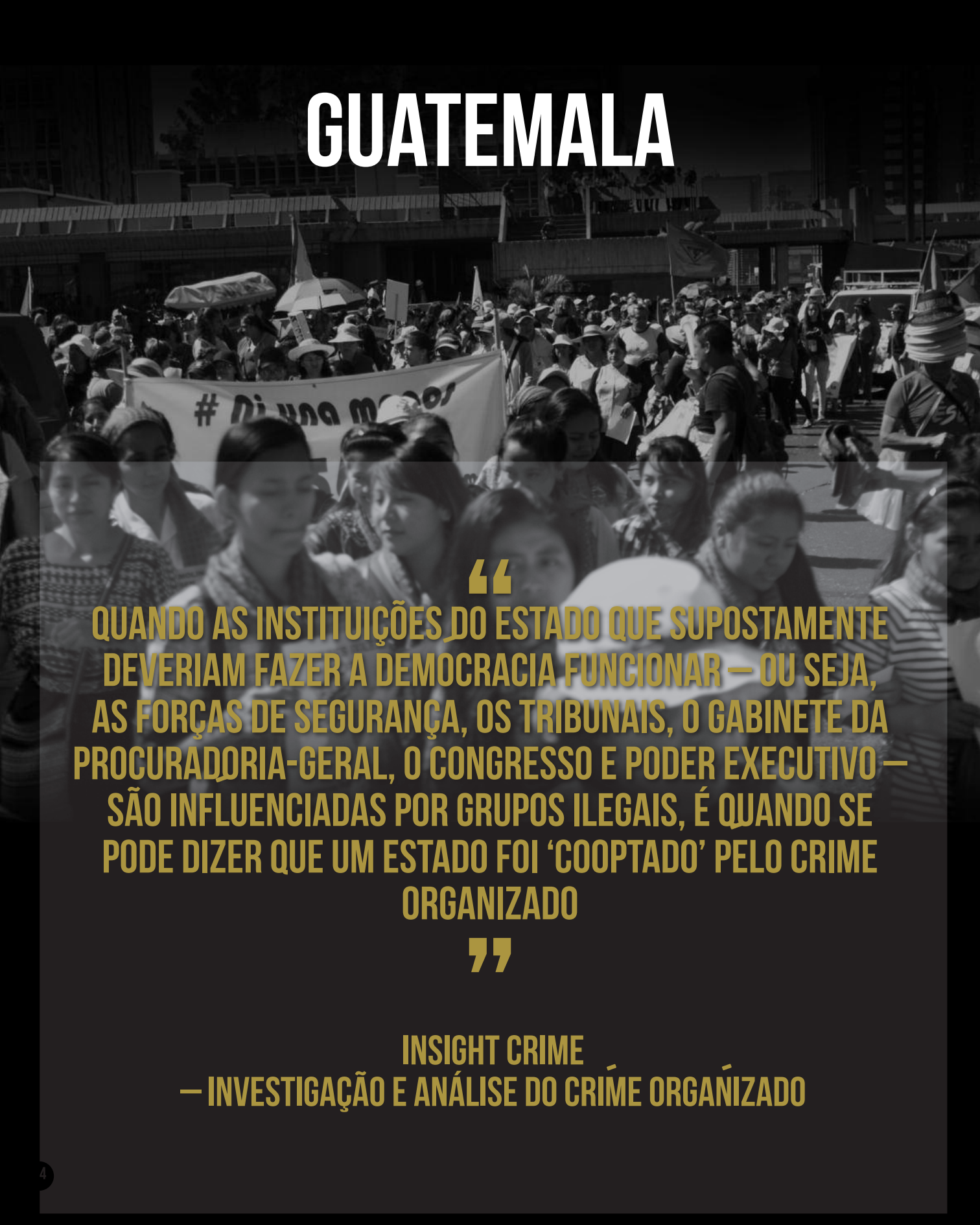


# GUATEMALA



“  
QUANDO AS INSTITUIÇÕES DO ESTADO QUE SUPOSTAMENTE  
DEVERIAM FAZER A DEMOCRACIA FUNCIONAR — OU SEJA,  
AS FORÇAS DE SEGURANÇA, OS TRIBUNAIS, O GABINETE DA  
PROCURADORIA-GERAL, O CONGRESSO E PODER EXECUTIVO —  
SÃO INFLUENCIADAS POR GRUPOS ILEGAIS, É QUANDO SE  
PODE DIZER QUE UM ESTADO FOI ‘COOPTADO’ PELO CRIME  
ORGANIZADO

”

INSIGHT CRIME  
— INVESTIGAÇÃO E ANÁLISE DO CRÍME ORGANIZADO

NA GUATEMALA, UMA CRISE INSTITUCIONAL NO ESTADO SE INTENSIFICOU NOS ÚLTIMOS ANOS,<sup>103</sup> O QUE levou o país a uma encruzilhada política e social. Começaram os debates entre setores que favorecem a transição de estruturas antigas, violentas e corruptas enraizadas nas instituições estatais e aqueles setores que buscam retornar a um modelo clientelista de privilégio para uma elite econômica pequena, mas poderosa. Esta crise provocou uma série de conflitos que geraram violência contra a população e, mais especificamente, contra aquelas pessoas que defendem os direitos e liberdades fundamentais. Em muitos casos, a ausência de uma forte presença estatal em vastos territórios significou que grupos criminosos organizados, particularmente aqueles envolvidos no tráfico de drogas e no tráfico de pessoas, se estabeleceram e assumiram o controle de comunidades em grandes áreas do país, especialmente próximo às fronteiras. Eles têm conexões próximas com a polícia e o exército, o que significa que estão efetivamente além da lei.<sup>104</sup> Segundo a Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala (CICIG), “esses grupos representam um grave perigo ao Estado de Direito e ameaçam minar o progresso arduamente alcançado pelo país no processo de democratização. O Estado enfrenta um sério desafio em seu trabalho para assegurar o Estado de Direito e para proteger os direitos humanos fundamentais, como o direito à vida e à integridade física de cidadãos e cidadãs”.<sup>105</sup>

Os 36 anos de guerra civil tiveram um impacto devastador sobre a Guatemala, caracterizado por deslocamentos em massa e graves violações dos direitos humanos, especialmente contra povos indígenas, mulheres e crianças. Para muitas comunidades maias, tortura, assassinatos seletivos, desaparecimentos e deslocamentos foram uma experiência diária.<sup>106</sup> Desde a assinatura dos Acordos de Paz em 1996, houve um certo progresso social e político, mas a maioria dos/as guatemaltecos/as ainda está privada de toda uma gama de direitos humanos básicos. Muitos compromissos dos acordos de paz ainda não foram cumpridos e ainda há enormes problemas de pobreza, ausência de participação social e política e oportunidades econômicas. Uma análise da situação dos direitos humanos na Guatemala, publicada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em dezembro de 2017, detalha como o governo guatemalteco tem sistematicamente deixado de abordar as inúmeras questões de direitos humanos que o país enfrenta: “mais de vinte anos após a assinatura dos Acordos de Paz, vários problemas que geraram o conflito armado interno ainda existem: uma economia que se baseia na concentração do poder econômico nas mãos de poucos, uma estrutura estatal fraca com poucos recursos para a arrecadação de impostos e altos níveis de corrupção. Problemas estruturais como a discriminação racial, a desigualdade social, um profundo nível de pobreza e exclusão e a falta de acesso à justiça constituem obstáculos ao pleno respeito aos direitos humanos na Guatemala”.<sup>107</sup> Setores da população historicamente marginalizados, como mulheres, pessoas LGBTI, crianças e adolescentes, povos e comunidades indígenas e afro-guatemaltecos/as, entre outros, enfrentam obstáculos específicos que limitam seu efetivo acesso à justiça.<sup>108</sup>

**OS 36 ANOS DE GUERRA CIVIL TIVERAM UM IMPACTO DEVASTADOR SOBRE A GUATEMALA, CARACTERIZADO POR DESLOCAMENTOS EM MASSA E GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS, ESPECIALMENTE CONTRA POVOS INDÍGENAS, MULHERES E CRIANÇAS**

Avanços anteriores no sentido de consolidar um sistema de justiça criminal e promover o Estado de Direito enfrentaram grandes obstáculos. Vários casos-chave que trouxeram à justiça os perpetradores das principais violações de direitos humanos continuam estagnados.<sup>109</sup> Entre eles, o Caso Blanco Lapola, envolvendo um ex-diretor da polícia nacional acusado em 2012 de ordenar a execução de supostos criminosos. Cinco anos depois, o caso ainda não foi julgado. No “Caso dos Oficiais Militares Corruptos”, oito ex-funcionários do Ministério da Defesa foram acusados em 2009 de desviar mais de US\$ 70 milhões do governo. Oito anos depois, o caso ainda precisa ser julgado.<sup>110</sup> Esses estão entre os casos mais bem documentados, alvos de pressão internacional e com clara evidência de comportamento criminoso, mas permanecem paralisados no sistema por causa da inação oficial.<sup>111</sup> Esses casos são emblemáticos dos desafios enfrentados por pessoas defensoras de direitos humanos na tentativa de garantir a efetivação da justiça na Guatemala. De particular interesse para defensores e defensoras de direitos humanos é o julgamento do general Rios Montt. O ex-ditador Rios Montt foi acusado em 2012 de genocídio pelo massacre de comunidades maias no início dos anos 1980. Ele foi julgado e condenado em 2013, mas a Suprema Corte anulou o veredicto e ordenou um novo julgamento. Após um atraso de mais de dois anos, um juiz determinou em 2015 que a deterioração da saúde mental de Rios Montt o tornou impróprio para um julgamento regular e ordenou que ele fosse submetido a procedimentos especiais, os quais não permitiam uma condenação. Depois de mais dois anos de atraso, este processo só começou em outubro de 2017. Ele morreu em abril de 2018 enquanto estava sendo julgado à revelia.<sup>112</sup>

## CORRUPÇÃO E CRIMES COMETIDOS NO PASSADO

O alto nível de impunidade de que gozam os perpetradores de violações de direitos humanos aumenta significativamente os riscos atualmente vivenciados por pessoas defensoras de direitos humanos. Poucos ataques contra defensores e defensoras são investigados e menos ainda

resultam em sentenças. Esta combinação letal de violência potencial, indiferença do Estado com ataques contra defensores e defensoras e a falta de investigações de denúncias cria uma situação em que defensores/as são mortos/as com impunidade. Apesar de uma queda recente no nível geral de impunidade para homicídios na Guatemala, o número ainda permanece inaceitavelmente alto. Entre 1996 e 2006, a Guatemala sofreu com uma taxa geral de impunidade de 95% para todos os homicídios. Desde a formação da Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala (CICIG), apoiada pela ONU,<sup>113</sup> essa taxa caiu para 72%.<sup>114</sup>

Embora a Guatemala tenha feito alguns avanços em casos relativos a direitos humanos e corrupção, principalmente devido à colaboração entre o Ministério Público e a CICIG em 2017,<sup>115</sup> o trabalho da CICIG provocou uma forte reação negativa entre funcionários/as públicos/as. O fato de mais de 300 pessoas terem sido detidas em casos de corrupção e mais de 20 militares terem sido implicados em casos de graves violações dos direitos humanos e confrontados com a justiça resultou em muitas testemunhas, familiares, querelantes, co-querelantes (*querellantes adhesivos*), além de advogados/as que os/as representam, tornando-se alvo de violência e atos de agressão orquestrados por grupos operando dentro das prisões. Há problemas adicionais com a intimidação de juízes/as e promotores/as públicos/as e a corrupção dentro do sistema de justiça.<sup>116</sup> Essa situação foi exacerbada pela disponibilidade geral de armas de fogo, as atividades do crime organizado e a maneira pela qual as quadrilhas criminosas puderam permear as estruturas políticas e instituições do Estado.<sup>117</sup> De acordo com a Insight Crime,<sup>118</sup> um órgão de pesquisa especializado no estudo do papel do crime organizado nas Américas Central e do Sul, “quando as instituições do Estado que supostamente deveriam fazer a democracia funcionar – ou seja, as forças de segurança, os tribunais, o gabinete da Procuradoria-Geral, o Congresso e Poder Executivo – são influenciadas por grupos ilegais, é quando se pode dizer que um Estado foi ‘cooptado’ pelo crime organizado”.<sup>119</sup>

Como resultado da combinação de todos esses elementos, os casos de perseguição e ameaças contra defensores e defensoras de direitos humanos têm aumentado desde que Otto Pérez Molina se tornou presidente, em janeiro de 2012, e continuam com o atual governo do presidente Jimmy Morales. Defensoras e defensores na Guatemala estão sujeitos/as a ameaças de morte, ataques físicos, atos de assédio, vigilância, estigmatização, perseguição judicial, detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados e assassinatos. Muitas das violações são realizadas por estruturas de segurança clandestinas e grupos ilegais. Esse emprego sistêmico de violência direta contra defensores e defensoras de direitos humanos é agravado pela aplicação injusta de processos criminais, a fim de impedir que defensores e defensoras exerçam suas atividades legítimas de direitos humanos. Muitos processos criminais são instaurados pelas autoridades com base em queixas de empresas privadas

relacionadas ao setor de mineração e à construção de represas, acusando defensoras e defensores de crimes como atos de terrorismo, usurpação de terras ou sequestros. Como parte do processo de criminalização, campanhas de difamação e estigmatização foram realizadas por atores estatais e não estatais, particularmente empresas transnacionais e publicações em meios de comunicação de direita. As autoridades estatais continuam publicando declarações e notas à imprensa nas quais fazem acusações infundadas contra defensores e defensoras de direitos humanos.<sup>120</sup>

**O AUMENTO DO USO DE DISCURSOS DE ÓDIO E A PREVALÊNCIA DE CAMPANHAS DE DIFAMAÇÃO SÃO FREQUENTEMENTE OS PRECURSORES DE UM ATAQUE DIRETO A UMA PESSOA DEFENSORA DE DIREITOS HUMANOS**

## SULMA ALEGRIA ROBLES



Sulma Alegria Robles (também conhecida como Evelyn) era uma mulher transexual e defensora de direitos LGBTI. Ela era integrante da Organización de Apoyo a una Sexualidad Integral frente al SIDA - OASIS (Organização de Apoio a uma Sexualidade Integral frente a AIDS). Seu corpo sem vida foi encontrado na sexta-feira, 18 de novembro de 2016, com sinais de tortura e extrema violência física. Em 17 de dezembro de 2005, Sulma sobreviveu a um atentado contra sua vida, supostamente cometido por membros da Polícia Nacional Civil. Paulina Marrot, Assistente de Comunicações da OASIS, foi morta nesse ataque. Sulma foi baleada na cabeça e passou um longo tempo no hospital em estado grave. Sulma foi beneficiada com medidas cautelares da Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 2006,

junto com o Diretor Executivo da OASIS, Jorge López Sologaitoa e outros/as integrantes da organização que haviam sido alvo de ameaças e ataques. Como Sulma era uma testemunha-chave nesse caso, acredita-se que os agressores queriam silenciá-la. A OASIS havia requisitado proteção policial para Sulma e o escritório do Procurador de Direitos Humanos também havia alegadamente solicitado proteção ao Ministério do Interior. No entanto, nenhuma proteção foi fornecida. Várias outras pessoas transgênero profissionais do sexo testemunharam os disparos, mas estão com muito medo de testemunhar, temendo represálias da polícia.

## EUGENIO LÓPEZ Y LÓPEZ



Em 23 de junho de 2017, o defensor de direitos humanos Eugenio López y López foi morto a tiros enquanto participava de um protesto de ex-trabalhadores/as da fazenda San Gregorio Piedra Parada, em Coatepeque, Quetzaltenango. Eugenio era membro do movimento de ex-trabalhadores/as da fazenda San Gregorio Piedra Parada. O movimento foi criado em 2008, quando descobriu-se que a propriedade nunca havia pago o seguro social para seus/as 260 trabalhadores/as, apesar de sua obrigação de fazê-lo. O movimento tem lutado desde a sua criação para obter justiça para os/as trabalhadores/as que passaram mais de 30 anos trabalhando na propriedade. Por volta das 6 horas do dia 23 de junho, um grupo de aproximadamente 25 ex-trabalhadores/as da

propriedade e seus parentes se reuniram na estrada que leva a aldeia de Pacayá, para protestar pacificamente por seus direitos. Um homem não identificado veio da propriedade, com parte do rosto coberto, e disparou quatro tiros contra os/as manifestantes. Eugenio López y López foi morto no local, enquanto Israel Méndez Vásquez e Berta López Escobar ficaram gravemente feridos. Defensores/as e organizações de direitos humanos na Guatemala acreditam que o agressor era um membro da segurança privada da propriedade.

## AUMENTO DO DISCURSO DE ÓDIO E O IMPACTO EM DEFENSORAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

O aumento do uso de discursos de ódio e a prevalência de campanhas de difamação são frequentemente os precursores de um ataque direto a uma pessoa defensora de direitos humanos. O discurso de ódio tem o efeito de colocar um ponto de interrogação na credibilidade de defensores e defensoras e os/as estigmatiza como alvos. Isso também significa que, quando ocorre um ataque, a morte pode ser explicada como estando ligada a esses outros problemas. Em 2013, a Procuradoria de Direitos Humanos condenou o uso de discurso de ódio e solicitou ao Ministério Público que investigasse Ricardo Méndez Ruiz, diretor da Fundação contra o Terrorismo,<sup>121</sup> por “discurso de ódio com o intuito de degradar, intimidar e promover o preconceito” contra defensores e defensoras de direitos humanos.<sup>122</sup> Apesar disso, mensagens de ódio continuam circulando nas mídias sociais e na imprensa incitando a violência contra defensores e defensoras. Em 2017, uma série de anúncios pagos apareceu nos principais jornais guatemaltecos, como parte de uma campanha de difamação contra integrantes do Centro de Ação Ambiental, Social e Legal da Guatemala – CALAS (*Centro de Acción Legal, Ambiental y Social de Guatemala*) chamando-os/as de “oponentes” e “manipuladores” que “contaminaram as mentes [da comunidade] com suas mentiras”,<sup>123</sup> após a organização questionar a licença da mineradora San Rafael em San Rafael Las Flores. É importante notar que o CALAS tem sido repetidamente alvo de ataques e violência, incluindo ataques fatais e quase fatais, ao longo dos anos, e tais declarações intensificam os riscos para integrantes da organização. Em 2008, Yuri Melini,<sup>124</sup> Diretor do CALAS, sobreviveu a um atentado contra sua vida, no qual ele foi gravemente ferido. Em 2015, um atirador abriu fogo nos escritórios do CALAS.<sup>125</sup> Em 12 de novembro de 2016, Jeremy Abraham Barrios Lima, membro da equipe da organização, foi morto a tiros na Cidade da Guatemala.<sup>126</sup> O discurso do ódio também é usado por funcionários do Estado, como no caso da Presidenta da Suprema Corte, que foi repreendida<sup>127</sup> por compartilhar uma postagem difamatória no WhatsApp sobre a defensora de direitos humanos Helen Mack, em conexão com um caso que trata de violações históricas de direitos humanos, o qual estava então sob análise perante os tribunais.<sup>128</sup>

## O MODELO DE DESENVOLVIMENTO EXTRATIVISTA E SEUS IMPACTOS EM PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

O atual modelo de desenvolvimento na América Latina promove e prioriza o crescimento econômico acima de outras dimensões do desenvolvimento, notadamente a sustentabilidade ambiental, a equidade, a justiça social e o respeito aos direitos humanos. Como resultado dessa abordagem e por causa da corrupção endêmica, empresas têm pressionado cada vez mais os Estados a abrirem territórios à extração de recursos naturais, a megaprojetos e ao agronegócio. Isso coloca pressão sobre ambientes por vezes frágeis e pessoas vulneráveis.<sup>129</sup> No caso da Guatemala, esse modelo de desenvolvimento caracterizou-se pela concessão de extensas autorizações e licenças extrativistas de mineração; e a apropriação e mal manejo de rios para plantação de monoculturas (em particular a palma africana e a cana-de-açúcar) e geração de energia através de projetos de hidrelétricas de grande escala, cujo produto final é destinado ao mercado internacional.

**QUANDO ME AMEAÇAVAM, COSTUMAVAM DIZER QUE ME MATARIAM, MAS QUE ANTES ME ESTUPRARIAM. ELES NÃO DIZIAM ISSO AOS MEUS COLEGAS HOMENS. ESSAS AMEAÇAS SÃO ESPECIFICAMENTE VOLTADAS A MULHERES INDÍGENAS**

### JEREMY ABRAHAM BARRIOS LIMA



Por volta das 17 horas de 12 de novembro de 2016, o defensor de direitos humanos Jeremy Abraham Barrios Lima foi morto a tiros na Cidade da Guatemala. Nenhum de seus pertences pessoais, telefone celular, carteira ou cartões de crédito foram levados. Jeremy trabalhava como Assistente do Diretor Geral do Centro de Acción Legal Ambiental y Social de Guatemala - CALAS (Centro de Ação Legal Ambiental e Social da Guatemala). O CALAS tem sido ativo na denúncia de abusos cometidos por empresas de mineração na região e trabalha para proteger os direitos ambientais. Jeremy estava encarregado da administração e do gerenciamento de informações confidenciais relacionadas a vários casos legais que o CALAS estava levando a cabo contra poderosas

empresas de mineração, bem como a audiência preliminar em um processo contra o governo. O CALAS tem sido alvo de uma extensa campanha de difamação nos meios de comunicação de direita, bem como tem sido repetidamente alvo de ataques e violência e, em 2008, Yuri Melini, Diretor do CALAS, sobreviveu a um atentado contra a sua vida, no qual ficou gravemente ferido. Em 2015, um atirador abriu fogo nos escritórios do CALAS. Ninguém foi levado à justiça por esses ataques.

### BRENDA MARLENI ESTRADA TAMBITO



Em 19 de junho de 2016, a defensora de direitos humanos Brenda Marleni Estrada Tambito foi baleada 5 vezes e morta enquanto dirigia na Cidade da Guatemala. Brenda estava dirigindo pela Zona 1 quando um veículo se emparelhou ao dela. Os ocupantes do veículo abriram fogo. Brenda foi atingida por 5 disparos e morreu no local do ataque. Brenda era integrante da Unión Sindical de Trabajadores de Guatemala – UNSITRAGUA (União Sindical de Trabalhadores da Guatemala) e Subcoordenadora da Comissão de Assistência Jurídica da União. A UNSITRAGUA reúne sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras das indústrias manufatureiras, de serviços e agrícolas, bem como trabalhadores/as autônomos/as e agricultores/as independentes.

Brenda também era filha do advogado Jorge Estrada, um membro de longa data da UNSITRAGUA e defensor de direitos trabalhistas. Atualmente, ele está envolvido na investigação e monitoramento de direitos trabalhistas em várias plantações de banana no departamento de Izabal.

Este modelo não cumpre com as garantias mínimas definidas pelas normas internacionais de direitos humanos, em particular, o direito dos povos indígenas ao consentimento livre, prévio e informado. Isso provocou atos de agressão e violência em todo o país, nos quais pessoas defensoras de direitos humanos foram mortas. Em janeiro de 2017, Sebastián Alonzo, de 72 anos, foi morto a tiros quando atiradores não identificados abriram fogo contra uma manifestação pacífica que protestava em face de um grande projeto hidroelétrico.<sup>130</sup> Em 26 de junho de 2017, Eugenio López fazia parte de um grupo de ex-trabalhadores/as da Fazenda San Gregorio Piedra Parada que protestava em frente à entrada da propriedade para exigir seus pagamentos da previdência social. Um atirador mascarado se aproximou do grupo de manifestantes e suas famílias e abriu fogo, matando Eugenio instantaneamente.<sup>131</sup> Houve também numerosos casos de criminalização de defensores e defensoras, como o do professor Abelino Chub Caal.<sup>132</sup> Em 6 de junho de 2017, o juiz do Tribunal Penal de Primeira Instância de Puerto Barrios, Guatemala, determinou que Abelino deveria permanecer detido, embora tanto a defesa quanto a acusação tivessem concordado que nenhuma evidência havia sido encontrada contra o defensor de direitos humanos para justificar as acusações de usurpação agravada de terras e incêndio criminoso. Abelino trabalha com 29 comunidades em Sierra Santa Cruz, Izabal, cujos direitos à terra, ao meio ambiente e à preservação de sua cultura estão ameaçados por interesses da mineração, particularmente as operações da Companhia Guatemalteca de Níquel (CGN) e de fazendeiros. Quando Ronal David Barillas Díaz,<sup>133</sup> do povo Xinka, foi morto em janeiro de 2018, o Observatório para a Proteção de Defensores de Direitos Humanos notou que “esses atos estão ocorrendo no contexto de uma alarmante intensificação da gravidade e intensidade dos atos de agressão contra defensores e defensoras de direitos humanos na Guatemala, particularmente nos últimos dois anos”.<sup>134</sup>

## RACISMO E VIOLÊNCIA CONTRA DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

As violações são agravadas quando a discriminação de gênero se cruza com a discriminação racial e étnica. Lolita Chávez,<sup>135</sup> uma defensora de direitos indígenas, explicou: “quando me ameaçavam, costumavam dizer que me matariam, mas que antes me estuprariam. Eles não diziam isso aos meus colegas homens. Essas ameaças são especificamente voltadas a mulheres indígenas. Além disso, há uma forma muito pronunciada de racismo contra nós. Eles se referem a nós como mulheres indígenas rebeldes que não têm nada para fazer e somos consideradas menos humanas”.<sup>136</sup> Esses ataques ocorrem em meio a um contexto mais generalizado de estigmatização e enfraquecimento do trabalho de defensoras de direitos humanos, especialmente nas mídias sociais. Isso ficou evidente no caso de Iduvina Hernández,<sup>137</sup> que foi assediada nas mídias sociais em relação ao seu trabalho no caso Molina Theissen, no qual cinco soldados aposentados estavam sendo processados por seu envolvimento no

desaparecimento forçado de Marco Antonio Molina Theissen e na detenção ilegal, tortura e estupro de sua irmã, Emma Guadalupe, 37 anos atrás.<sup>138</sup>

## ASSASSINATOS DE PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

O efeito combinado do fracasso em resolver os problemas do passado, as

campanhas de difamação contra defensores e defensoras de direitos humanos, a ausência de sua proteção e a falha em investigar adequadamente os ataques contra elas criaram uma situação na qual os defensores e defensoras são mortos/as com impunidade. Em seus Relatórios Anuais para os anos de 2014,<sup>139</sup> 2015,<sup>140</sup> 2016,<sup>141</sup> e 2017,<sup>142</sup> a Front Defenders reportou que um total combinado de 45 pessoas defensoras foram mortas na Guatemala. Em 2017, a UDEFEGUA também documentou a morte de 41 meninas após um incêndio na casa de acolhida Virgen del Hogar para menores de idade. Elas estavam protestando contra abusos físicos e sexuais no centro, os quais as autoridades falharam em dar uma solução, apesar das inúmeras queixas. Esse fato traria para 86 o número de mortes diretamente atribuíveis ao fracasso do Estado em confrontar os abusos flagrantes aos direitos humanos e os riscos enfrentados por defensoras e defensores. As vítimas incluem jornalistas, povos indígenas, sindicalistas, defensores/as de mecanismos de justiça transicional e aqueles/as que defendem terras, territórios e recursos naturais. Durante 2017, a UDEFEGUA registrou 483 atos de agressão contra pessoas defensoras de direitos humanos, dos quais 131 foram contra aquelas que defendem o meio ambiente, a natureza, os recursos naturais e a água, um aumento em comparação com os 37 atos de agressão perpetrados contra esse mesmo grupo de defensoras e defensores ao longo de 2016. Em 30 de junho de 2017, um grupo de Relatores Especiais das Nações Unidas e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos condenaram os ataques e assassinatos de pessoas defensoras do meio ambiente na Guatemala e ressaltaram que essas pessoas enfrentam “o maior perigo em escala global devido a suas atividades em defesa do território e do meio ambiente, enfrentando os desafios que se originam de projetos de desenvolvimento em larga escala que ameaçam seu direito a um meio ambiente saudável”.<sup>143</sup>

## RESPOSTA DO ESTADO

Em 2004, após demandas de grupos nacionais e internacionais da sociedade civil, o governo criou a Unidade de Coordenação para a Proteção dos Defensores de Direitos Humanos, Administradores e Operadores da Justiça, Jornalistas e Comunicadores Sociais (*Unidad Coordinadora de Protección para Defensores de Derechos Humanos, Administradores y Operadores de Justicia, Periodistas y Comunicadores Sociales*) com o objetivo de articular a resposta do Estado aos pedidos de proteção de pessoas defensoras de direitos humanos em situações de risco.<sup>144</sup> Em 2008, essa

**O EFEITO COMBINADO DO FRACASSO EM RESOLVER OS PROBLEMAS DO PASSADO, AS CAMPANHAS DE DIFAMAÇÃO CONTRA DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS, A AUSÊNCIA DE SUA PROTEÇÃO E A FALHA EM INVESTIGAR ADEQUADAMENTE OS ATAQUES CONTRA ELAS CRIARAM UMA SITUAÇÃO NA QUAL OS DEFENSORES E DEFENSORAS SÃO MORTOS/AS COM IMPUNIDADE**



Mulheres indígenas da Guatemala em uma marcha de protesto no Dia Internacional da Mulher

cultura e o gênero das pessoas defensoras de direitos humanos, ou o contexto social e político geral em que trabalham.<sup>146</sup> O governo da Guatemala respondeu de forma teatral à pressão internacional para lidar com a violência endêmica contra pessoas defensoras. A realidade é que, até o momento, ele não conseguiu oferecer uma proteção eficaz a defensores e defensoras de direitos humanos.

unidade foi complementada pelo Escritório de Análise de Ataques contra Defensores de Direitos Humanos na Guatemala (*Instancia de Análisis de Ataques Contra Defensores de Derechos Humanos en Guatemala*), para estabelecer e analisar padrões de ataques a pessoas defensoras. No entanto, de acordo com um relatório de 2017 da Anistia Internacional: “apesar do marco regulatório estabelecido na Guatemala para criar órgãos encarregados da proteção de defensores e defensoras, entre outros assuntos de proteção, e visando analisar padrões de ataques contra pessoas defensoras a fim de tomar medidas estruturais para combater as causas de tais ataques, não há uma abordagem sistemática ou coordenada das autoridades para a proteção dos/as defensores/as de direitos humanos. Além da impunidade, entre os principais desafios que as autoridades enfrentam para oferecer proteção efetiva estão a necessidade de: adotar medidas efetivas para combater o mau uso do sistema judiciário contra as pessoas defensoras e acabar com o padrão de estigmatização de seu trabalho”.<sup>145</sup> A Divisão de Proteção de Pessoas e Segurança da Força Nacional de Polícia Civil não documenta ou acompanha suficientemente os casos para avaliar os riscos contínuos e determinar a eficácia das medidas de segurança. Além disso, os processos de análise de riscos nem sempre levam em conta adequadamente a

## RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO DA GUATEMALA

O governo da Guatemala deve:

- ❖ Reconhecer o papel fundamental das pessoas defensoras de direitos humanos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária na Guatemala.
- ❖ Tomar todas as medidas necessárias, com caráter de urgência, para concluir o processo de consulta pública para o desenvolvimento da “Política Pública para a Proteção de Defensores de Direitos Humanos”, em conformidade com os padrões internacionais.
- ❖ Quando esse processo de consulta ampla e participativa for concluído, a política será aprovada e implementada sem demora.
- ❖ Proporcionar todo o apoio político e financeiro necessário à “Unidad Coordinadora de Protección para Defensores de Derechos Humanos, Administradores y Operadores de Justicia, Periodistas y Comunicadores Sociales”, para ela que possa cumprir seu mandato de proteger defensores e defensoras de direitos humanos em risco.
- ❖ Lidar com as principais causas estruturais que sustentam os riscos enfrentados pelas pessoas defensoras, incluindo a falta de investigações adequadas e a alta taxa de impunidade dos ataques contra elas, bem como a reforma do panorama legislativo em questões relacionadas à terra e ao território.
- ❖ Implementar a Instrução Geral para investigar crimes cometidos contra pessoas defensoras de direitos humanos.
- ❖ Tomar medidas para reforçar as ações da Procuradoria que lida com essas questões.
- ❖ Cumprir os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, o que seria um importante impulso para o Estado guatemalteco executar seu Plano Nacional de Ação sobre o assunto, a fim de reduzir a violência perpetrada por empresas privadas contra pessoas defensoras.
- ❖ Emitir instruções claras ao Procurador-Geral da República sobre os elementos mínimos exigidos antes de iniciar investigações por fraude fiscal, audiências ou a emissão de mandados de prisão, para garantir a igualdade perante a lei de todos/as os/as cidadãos e cidadãs do país, a fim de evitar abuso do sistema legal para a perseguição de pessoas defensoras.